

## **IAOD da Deputada Loi I Weng em 19.05.2026**

### **Aperfeiçoar o mecanismo de resposta a crises envolvendo jovens, para prevenir, a partir da fonte, o agravamento dos comportamentos desviantes**

Nos últimos dias, houve, em Macau, vários casos de comportamentos desviantes praticados por jovens, desde a suspeita da prática ilegal de contrabando até a actos graves de ofensa à integridade física, situação que despertou a atenção da sociedade. De facto, na Sessão Solene de Abertura do Ano Judiciário de 2025/2026, houve representantes que apontaram que a questão dos comportamentos desviantes de menores de Macau e também dos casos em que estes sofrem tende a ser complexa, e isto alerta-nos para a necessidade de reforçar o “quebra-mar”, em prol da prevenção a partir da fonte, e a “rede de segurança”, para dar resposta a crises.

No passado, a sociedade dava muita atenção às medidas de apoio após a ocorrência de casos, ora, esta “reparação” é necessária, mas, às vezes, trata-se de uma resposta bastante passiva. Para as crianças e os jovens poderem obter apoio mais oportuno e evitar comportamentos desviantes devido à falta de orientações atempadas, o Governo deve, partindo do planeamento global, continuar a aperfeiçoar a prevenção, a intervenção e a resposta a emergências, reduzindo, a partir da fonte, a possibilidade de agravamento do problema. Assim, apresento as três sugestões seguintes:

1. Reforçar o papel orientador do Governo, passando a sua postura de uma resposta passiva para uma atenção proactiva

O Governo assume-se como promotor nuclear da rede de protecção para os adolescentes. Sugere-se o bom aproveitamento da “Rede Interdepartamental de Protecção para a Promoção do Desenvolvimento Juvenil” para, em conjunto, rever e otimizar o modelo de funcionamento do “Grupo de trabalho para o acompanhamento da saúde mental e física dos jovens - Caminhar com amor” e as respectivas medidas de apoio, a fim de assegurar que os casos de risco latente detectados nas escolas e famílias sejam alvo de uma resposta adequada e um acompanhamento contínuo. Com base nisto, poderá estudar-se a criação de um regime de “gerente de caso”, com a competência de coordenar e integrar os recursos escolares, comunitários e familiares, dando um acompanhamento individualizado aos adolescentes de alto risco ou com comportamentos desviantes, a fim de evitar que a falta de coordenação especializada conduza a um apoio insuficiente. Mais, face à actual elevada taxa de saída dos profissionais de apoio psicológico, sugere-se a revisão e uma optimização adequada das condições salariais desses profissionais, a fim de estabilizar a linha da frente na rede de protecção para o desenvolvimento juvenil.

2. Aprofundar a eficácia do aconselhamento nas escolas e criar um ambiente de protecção da segurança escolar

Com base na optimização contínua pelo Governo da configuração das equipas de aconselhamento das escolas, propõe-se a realização de estudos sobre a implementação de um regime dual – assistentes sociais da própria escola e profissionais de aconselhamento destacados, cabendo a estes a avaliação e o acompanhamento contínuo dos casos de médio e alto risco, para reforçar a atenção e a coerência dos serviços para com os jovens. Mais,

tendo em conta que os jovens ainda não têm conhecimentos jurídicos suficientes sobre as infracções de “contrabando”, “cyberbullying”, etc., a DSAJ e a DSEDJ podem colaborar na elaboração de materiais didácticos de divulgação jurídica, e otimizar a organização e a forma de realização das actividades dessa divulgação nas escolas, como “tribunal simulado” ou “simulacro de contingência de risco”, entre outras formas interactivas, para ajudar os alunos a cultivar a consciência de cumprimento da lei nesses cenários, e para os professores poderem dominar as formas e técnicas de resposta, desenvolvendo o efeito de “detecção precoce, cuidado precoce e orientação precoce” nas escolas.

### 3. Capacitar a educação familiar e acompanhar os pais a tornarem-se os primeiros guardiões

A família é um ambiente nuclear para o crescimento dos jovens, por isso, o Governo deve adoptar medidas mais adequadas às necessidades dos pais, ajudando-os a integrarem-se na rede de protecção. Proponho ao Governo que actualize a “Linha aberta de apoio emocional” com uma “plataforma *online* de apoio aos pais de 24 horas por dia” e uma linha exclusiva para estes, a fim de lhes fornecer aconselhamento psicológico contínuo e sugestões sobre estratégias educacionais, bem como, através do envio de informações, tomar a iniciativa de transmitir as mais recentes sobre riscos legais, ajudando-os a alertar, atempadamente, os filhos para não violarem a lei. Ao mesmo tempo, com base no plano existente da “Academia de Pais”, deve alargar-se, de forma contínua, os temas sobre a identificação de riscos e a resposta a crises, orientando, gradualmente, os pais a aprenderem a observar as mudanças iniciais de comportamentos dos seus filhos, a definir as regras familiares e a comunicar eficazmente, para que a educação familiar passe de ideias para acções concretas e calorosas.